

# CÂMARA MUNICIPAL

1  
Cfmd

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 23/2017**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2017**

(Contém 28 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

**FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:**

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 23/2017****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2017**

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceram à reunião os Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Nelson António Rosa dos Santos.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 10 de novembro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, e será assinada pela Senhora Presidente e pela Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos que secretariou a reunião.



### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou as faltas dos Senhores Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Nelson António Rosa dos Santos, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

A Senhora Presidente da Câmara Municipal expôs que de acordo com o que ficou estabelecido, as últimas reuniões da Câmara Municipais são públicas. Atendendo que a agenda de trabalhos desta reunião tem vários assuntos, propôs que o período de intervenção aberto ao público fosse transferido para antes da ordem do dia, o que foi aceito, por unanimidade, por todos.

Seguiu-se o período de intervenção aberto ao público. Estiveram presentes, em representação do Senhor António José Amaral, a sua esposa D. Maria Isaltina Brandão Amaral e seu filho Francisco Brandão Amaral, moradores na Caloura, freguesia de Água de Pau.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Francisco Brandão Amaral.

O Senhor Francisco Brandão Amaral começou a sua intervenção referindo que estão presentes nesta reunião por uma questão de prevenção. Apresentou uma exposição, acompanhada de fotos, sobre os riscos e danos estruturais num muro do prédio de Nossa Senhora de Monserrate, na Canada da Galera, Caloura.

Expôs que os muros do prédio são de pedra seca e nos últimos anos tem-se verificado um aumento do trânsito naquela via. Estão a decorrer obras em habitações naquela Canada e circulam viaturas, com tonelagem superior ao permitido, causando risco e danos nos muros existentes. Solicitou que a Câmara Municipal fizesse uma vistoria ao local para averiguarem em conjunto o que se pode fazer a nível de prevenção, para minimizar aqueles riscos e danos estruturais.

Acrescentou ainda, que ontem circularam viaturas pesadas na dita Canada, com imensa dificuldade, como se pode verificar nas fotos que apresentou. Pelos responsáveis da obra foram informados que não existem betoneiras menores. Se a Canada tivesse menos 10 cm tinham que arranjar uma alternativa para poderem dar continuidade às obras.

A D. Maria Isaltina Brandão Amaral expôs que o seu prédio é o mais antigo daquela zona e têm uma Ermida do século XVII. Estão muito preocupados com a situação e a Câmara Municipal tem de criar condições para quem circula naquela Canada.

A Senhora Presidente referiu que compreendeu a situação exposta e informou que as obras que estão a decorrer estão devidamente licenciadas. A Câmara Municipal emitiu licença para circulação de viaturas pesadas naquela via, para aquelas obras, pelo prazo de dois dias esta semana e mais dois dias para a próxima semana. Não existem betoneiras mais pequenas e as pessoas que estão a construir precisam de dar continuidade aos trabalhos de construção.

O Senhor Francisco Brandão Amaral solicitou a colocação de dois sinais na Canada da Galera. Um sinal de limite de velocidade e o outro sinal a proibir a circulação de trânsito pesado. Solicitaram ainda, a colocação de uma lombada redutora de velocidade, no início da Canada da Galera, de forma que a velocidade de circulação seja diminuída.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que o Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz ficará responsável por tratar deste assunto.

O Senhor Francisco Brandão Amaral alertou para a necessidade de haver por parte da Câmara Municipal uma maior fiscalização na área da recolha de resíduos sólidos urbanos e a disponibilização de mais contentores. Igualmente alertou para a situação das queimadas que são feitas tanto no verão como no inverno. Agradeceu a atenção da Câmara Municipal nos assuntos apresentados.

A Senhora Presidente referiu que a Câmara Municipal está atenta à situação da recolha de resíduos sólidos na Caloura, principalmente, no verão altura em que há maior número de residentes. Acrescentou que, tendencialmente, a disponibilização de contentores é para desaparecer e as pessoas têm que respeitar os dias da recolha.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **ANTES DA ORDEM DO DIA:**

#### **PORTAS DA LAGOA, S.A.:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou explicações sobre como funciona a relação entre a Câmara Municipal e as Portas da Lagoa, S.A., com a extinção da Empresa Municipal de Lagoa.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal propôs que as explicações fossem dadas, numa próxima reunião, quando o Senhor Vice Presidente Ricardo Martins Mota estiver presente, atendendo que tem a competência nesta área, ou marcassem uma reunião para prestações destes esclarecimentos.

A Câmara tomou conhecimento.

### **HOSPITAL INTERNACIONAL DOS AÇORES:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que foi noticiado pelo Correio dos Açores, em 26 de maio de 2017, que o Hospital Internacional dos Açores iria iniciar as obras no mês de outubro e já estão no final do mês de novembro e as obras ainda não iniciaram. Questionou se há alguma indicação quando vão dar início às obras.

A Senhora Presidente informou que aquela informação não foi dada pela Câmara Municipal. Referiu que ontem, teve uma reunião com os responsáveis pelo Hospital Internacional dos Açores e foi-lhe dito que aguardam pelo parecer por parte do Governo Regional, na área da Saúde. Hoje irão ter uma reunião com o Secretário Regional da Saúde.

Mais informou que o projeto de arquitetura já está aprovado pela Câmara Municipal, faltam os projetos de especialidade mas a empresa não avança enquanto não tiverem o parecer do Governo Regional, na área da Saúde.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a notícia está descontextualizada e questionou se não foi solicitado um pedido de informação prévia.

A Senhora Presidente informou que foi solicitado à Câmara Municipal o pedido de informação prévia e foi dada informação sobre a viabilidade de construção relativamente à sua localização.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual a localização do Hospital Internacional dos Açores e informação sobre os projetos de construção do Hospital Particular S. Lucas e da Unidade de Prestação de Cuidados de Saúde da Empresa IsoPor.

A Senhora Presidente informou que o Hospital Internacional dos Açores ficará com a frente para a Alameda, no Tecnoparque. Sobre a construção do Hospital Particular S. Lucas e da Unidade de Prestação de Cuidados de Saúde da Empresa IsoPor informou que os projetos estão na Câmara Municipal mas não estão concluídos, aguardam a entrega de documentos. Foi feita uma notificação por parte das Portas da Lagoa, S.A. a solicitar num determinado prazo a entrega dos documentos, senão for cumprido aquele prazo, os lotes para aquelas construções voltam para as Portas da Lagoa, S.A..

A Câmara tomou conhecimento.

### **DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTENTORES:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a Senhora Presidente tinha dito que, tendencialmente, a disponibilização de contentores é para desaparecer. Expôs que, em sua opinião será precisamente o contrário. Por uma questão de bom senso e uma vez que ainda não se conseguiu disciplinar, parte dos nossos municípios, apesar de todo o esforço que a Câmara Municipal tem feito, para o devido uso dos contentores, entende que se deveria

aumentar o número de contentores nalgumas zonas e noutras zonas dever-se-ia separar fisicamente os contentores de recolha de resíduos urbanos dos contentores da recolha seletiva.

A Senhora Presidente referiu que esta matéria deixaria ao cuidado do Senhor Vereador Nelson Santos que tem a competência nesta área. Informou que ele está a trabalhar num plano sobre a recolha de resíduos, para os próximos anos, no Concelho.

A Câmara tomou conhecimento.

### **QUEIMADAS:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que não se pode proibir as queimadas. É uma prática destinada principalmente à limpeza de terrenos mas que tem de ser feita de forma controlada.

A Senhora Presidente informou que teve conhecimento de uma situação em concreto que ocorreu na Caloura. Fizeram uma queimada de forma não controlada que causou um incêndio.

As queimadas de sobranes não está sujeita a licenciamento Municipal, sendo, apenas precedida de comunicação obrigatória à corporação de bombeiros da respetiva área, indicando o local, o dia e a hora da realização da respetiva queimada.

A Câmara tomou conhecimento.

### **ORDEM DO DIA:**

### **PRESIDÊNCIA:**

### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi apresentada a informação, sobre a atividade desenvolvida que abaixo se transcreve:

#### **"LIVRO STOP – 50 ESTRATÉGIAS PARA MULHERES SEM TEMPO**

Foi apresentado, no passado dia 10 de novembro, no Convento dos Franciscanos, na Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira, a apresentação do livro "Stop – 50 Estratégias para Mulheres sem Tempo", de autoria da psicóloga Ana Tapia. A apresentação do referido livro foi realizada por Teresa Almeida Neves.

O livro tem como temática a partilha, por parte da autora, de soluções para que as mulheres possam mais facilmente conciliar a sua vida pessoal e profissional sem nunca esquecerem de si próprias, dando ao livro um *toque* de feminismo.

### **EDIÇÃO DO AZORES CHALLENGE TRAIL RUN, NA LAGOA**

No passado dia 11 de novembro, o Concelho de Lagoa acolheu o *Azores Challenge Trail Run*, uma prova que se realizou nos trilhos pedestres do Concelho e que contou, uma vez mais, com o apoio da Câmara Municipal. Esta iniciativa desportiva iniciou-se a partir do polidesportivo de Água de Pau, foram organizadas três provas: a *Ultra Trail*, num percurso de 48 km, a prova *Trail* com um percurso mais pequeno de 23 km e a prova *Mini Trail* que assentou numa caminhada, na freguesia de Água de Pau, com um percurso de 10 km.

Este evento desportivo integrou-se no Projeto Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, a que também a Lagoa se encontra associada, com o propósito de promover o bem-estar físico e psíquico e que vem na linha orientadora da política estratégica implementada no setor do desporto, no sentido de orientar visitantes e cidadãos para novas modalidades que contribuam para o seu bem-estar e para a sua ocupação de tempos livres e, ao mesmo tempo, que visa captar a atenção de visitantes ao Concelho de Lagoa, principalmente público jovem, colocando, novamente, o Concelho no cartaz desportivo e juvenil da Ilha Verde.

### **FEIRA DE S. MARTINHO – CABOUÇO**

No fim-de-semana de 10 a 12 de novembro, o Cabouco celebrou o S. Martinho, numa iniciativa que contou com o apoio da Câmara Municipal e que teve lugar na Praça D. Amélia, junto ao edifício Polivalente daquela freguesia.

Gastronomia típica, música, artesanato e cortejo alegórico a S. Martinho foram as componentes principais desta feira de S. Martinho que já vai na sua 5.<sup>a</sup> edição.

Esta foi uma iniciativa organizada pelos Amigos de S. Martinho do Cabouco e que contou também com os apoios da Junta de Freguesia do Cabouco, Casa do Povo do Cabouco, entre outros apoios de várias instituições.

Para a organização, este evento é já considerado uma referência no cartaz de visita obrigatória do Concelho de Lagoa, que tem vindo, de forma progressiva, aumentado o número de visitantes projetando, assim, o nome da Lagoa em termos culturais.

### **VISITA À ESQUADRA DA PSP DE LAGOA**

No passado dia 13 de novembro, a Presidente da Câmara Municipal, juntamente com o Vice-Presidente e Vereadores a Tempo Inteiro, visitaram a esquadra da Polícia de Segurança Pública da Lagoa. Uma visita que serviu para apresentar o novo executivo camarário e reiterar a colaboração e cooperação mantida com esta entidade de segurança pública.

Para além de serem apresentadas as instalações ao executivo, a ocasião serviu também para se abordar alguns problemas sociais que existem no Concelho de Lagoa como a toxicodependência; violência doméstica e negligência parental assim como a pequena criminalidade no Concelho. Por outro lado, foram, igualmente, abordados alguns projetos como o da "Escola Segura" e ações a serem desenvolvidas no decurso do corrente ano letivo 2017/2018, bem como as ações de sensibilização rodoviária que deverão ocorrer no próximo ano.

A visita ficou, igualmente, marcada pelo agradecimento manifestado pela PSP à autarquia por toda a colaboração prestada nos últimos anos, que tem sido um contributo fundamental para o trabalho dos agentes da PSP neste Concelho.

### **EXPOSIÇÃO RETALHOS - UMA ABORDAGEM AO PATCHWORK**

No passado dia 17 de novembro, foi inaugurada a Exposição "Retalhos – Uma Abordagem ao *Patchwork* Açoriano", no salão nobre que se estendeu pelas galerias claustrais do piso superior do Convento dos Franciscanos. Uma iniciativa organizada pelo Governo Regional dos Açores, através do Centro Regional de Apoio ao Artesanato, e que contou com o apoio da Câmara Municipal de Lagoa.

A exposição teve como objetivo divulgar os inúmeros trabalhos de *patchwork* realizados nas diversas ilhas açorianas, quer por particulares quer por instituições, bem como divulgar junto dos vários públicos as diversas técnicas usadas neste género de artesanato.

No catálogo que acompanhou a exposição foram sistematizados vários trabalhos pertencentes ao espólio etnográfico do Centro Regional de Apoio ao Artesanato, como também trabalhos de vários museus dos Açores e de particulares.

### **4.º FESTIVAL DE SOPAS "OS QUIRIDOS"**

No passado dia 18 de novembro, teve lugar no Centro Comunitário João Bosco Mota Amaral, na Vila de Água de Pau, o Festival de Sopas. Uma iniciativa organizada pela Associação "Os Quiridos", contando com o apoio da Câmara Municipal, pela quarta vez consecutiva.

À semelhança das edições anteriores, houve a concurso uma diversidade de sopas confeccionadas por várias pessoas e por várias instituições e muita animação protagonizada pelo Grupo Jovem Pauense e pelos Animadores do Divino.

"Os Quiridos" são uma associação criativa e promotora de eventos culturais, com sede em Água de Pau, fundada em 2013. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, que tem contribuído para o desenvolvimento e animação cultural do Concelho Lagoense, fazendo jus à cultura local e Açoriana, promovendo-a e tornando-a acessível a todos."



O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que na informação sobre a “Visita à Esquadra da PSP de Lagoa” foi registado “Uma visita que serviu para apresentar o novo executivo camarário ...” e não gostou do termo utilizado porque entende que o “executivo camarário” são todos os membros da Câmara Municipal e não foram àquela visita.

A Senhora Presidente informou que passará a referir “a Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores com competências delegadas”.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que a Feira de S. Martinho no Cabouco e o 4.º Festival de sopas “Os Quiridos” contaram com o apoio da Câmara Municipal. Questionou qual o apoio atribuído àqueles eventos.

A Senhora Presidente informou que a ambos os eventos foi dado apoio logístico. Na Feira de S. Martinho no Cabouco a Câmara Municipal assegurou o pagamento do policiamento, no valor de 150,00 €, e no 4.º Festival de sopas “Os Quiridos” a Câmara Municipal apoiou a elaboração dos cartazes.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que sobre a Festa de S. Martinho no Cabouco, ouviu manifestações de pessoas contra a licença de ruído que foi emitida pela Câmara Municipal, até às 02h00, pelo que alertou para esta situação.

A Senhora Presidente informou que teve conhecimento desta situação e a mesma reporta-se a uma licença especial de ruído que foi concedido pela Câmara Municipal a um Bar, no Cabouco, para uma festa de São Martinho. A situação não está relacionada com a Feira de S. Martinho, no Cabouco. Para o próximo ano vão ter em atenção estas situações.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

#### **PONTO N.º 2 – PROPOSTA – REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA – AÇORES:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de designação do representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa – Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens, a Comissão Alargada é composta por um representante do Município, a indicar pela Câmara Municipal.

Propõe-se à Câmara Municipal a designação do membro deste Órgão Executivo – Nelson António Rosa dos Santos, como representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa - Açores.”

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira referiram que vão abster-se nesta deliberação, à semelhança do que aconteceu nas últimas reuniões, nas propostas apresentadas para designação de membros para as diversas Assembleias e Associações.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Designar o Senhor Vereador Nelson António Rosa dos Santos, como representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa - Açores;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa - Açores.

### **PONTO N.º 3 – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE NA REDE TERRITORIAL PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS (RTPCE):**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de nomeação de representante na Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE), cujo teor abaixo se transcreve:

“Atendendo que foi solicitado pela Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, da qual a Cidade de Lagoa é membro, a nomeação do representante desta Câmara Municipal naquela Rede, para o mandato 2017/2021.

Propõe-se à Câmara Municipal a designação do membro deste Órgão Executivo – Albertina Maria Costa Oliveira, como representante na Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE), uma vez que tem a competência na área da Educação.”

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira referiram que vão abster-se nesta deliberação, à semelhança do que aconteceu nas últimas reuniões, nas propostas apresentadas para designação de membros para as diversas Assembleias e Associações.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Designar a Senhora Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira como representante na Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE);

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE).

#### **PONTO N.º 4 – PROPOSTA – PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ANO DE 2018:**

Foi presente a proposta para parecer prévio, para proceder à celebração dos contratos de prestação de serviços, para o ano de 2018, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se o Dr. João Sousa vem todos os dias à Câmara Municipal e se a Câmara Municipal de Lagoa lhe paga mais por outros trabalhos jurídicos.

A Senhora Presidente informou que o Dr. João Sousa está todos os dias na Câmara Municipal e aquele valor engloba todo o trabalho prestado por ele, incluindo os processos que acompanha no Tribunal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vai abster-se nesta deliberação porque não conhece esses professores nem a qualidade do serviço que têm desenvolvido no Aquafit, não pondo em causa a qualidade desse serviço. O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que também se abstém nesta deliberação.

A Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, emitir autorização genérica para a celebração dos referidos contratos de prestação de serviços, para o ano de 2018, nos termos do n.º 4 da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:**

#### **PONTO N.º 5 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018:**

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano desta Câmara Municipal para o ano financeiro de 2018.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 11.673.000,00 € (onze milhões seiscentos e setenta e três mil euros), sendo 9.682.920,00€ (nove milhões

seiscentos e oitenta e dois mil novecentos e vinte euros) de receitas correntes e 1.990.080,00 € (um milhão novecentos e noventa mil e oitenta euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 7.663.813,00 € (sete milhões seiscentos e sessenta e três mil oitocentos e treze euros) de despesas correntes e 4.009.187,00 € (quatro milhões nove mil cento e oitenta e sete euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 2.456.086,00 € (dois milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil oitenta e seis euros) e no Plano de Atividades Municipal foi de 564.100,00 € (quinhentos e sessenta e quatro mil e cem euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 3.020.186,00 € (três milhões vinte mil cento e oitenta e seis euros).

De acordo com a competência conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciadas as verbas inscritas no orçamento, o qual prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas nele inscrito.

Verificado o equilíbrio orçamental nos documentos acima mencionados, a Senhora Presidente da Câmara pôs à votação o Orçamento para 2018 bem como as Grandes Opções do Plano.

A Senhora Presidente da Câmara informou que o orçamento para 2018 é ligeiramente superior ao orçamento de 2017. Foi dado cumprimento ao estabelecido no Estatuto do Direito de Oposição. Foram enviados os documentos referentes à anteproposta do Plano e Orçamento para 2018, para direito de consulta prévia, aos membros da Oposição da Câmara Municipal, bem como da Assembleia Municipal.

Em relação às considerações apresentadas pelos Senhores Vereadores da Oposição, no documento de análise à anteproposta do Plano e Orçamento para 2018, a Senhora Presidente da Câmara referiu que posteriormente foi remetida pela Câmara Municipal informação a corrigir que as transferências do Orçamento de Estado terão apenas um aumento de 1,5%, de 2017 para 2018. Sobre os níveis de desemprego no Concelho esclareceu que, face aos resultados publicados pela Região, os dados que existem são números de inscritos no Centro de Emprego e não estão diretamente relacionados com o nível de desemprego. Há Municípios que utilizam pouco os programas ocupacionais. Na Câmara Municipal de Lagoa, todas as pessoas que vêm pedir emprego são reencaminhadas para fazerem a sua inscrição no Centro de Emprego. O Concelho de Lagoa também não é o Concelho com maior número de inscritos no Centro de Emprego. A manutenção de verbas afetas aos programas ocupacionais em 2018, deriva do facto desses programas se manterem até à sua conclusão e ser necessário ter verba para proceder ao seu pagamento.

Os Senhores Vereadores da Oposição solicitaram esclarecimentos sobre os contratos de arrendamento referidos no Mapa Responsabilidades Contratuais Plurianuais.

Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal foram prestados os devidos esclarecimentos, nomeadamente, a que se referem os referidos contratos de arrendamento.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do Partido Socialista e dois votos contra dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta de Orçamento para 2018 no montante de 11.673.000,00 € (onze milhões seiscentos e setenta e três mil euros);

2.º Concordar com a proposta apresentada das Grandes Opções do Plano para 2018;

3.º Submeter a proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2018 à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Câmara presentes, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

Pelos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira foi apresentada a Declaração de voto que abaixo se transcreve:

**“Declaração de voto ao ponto 5, da reunião de câmara de 24/11/2017, Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2018**

A economia do nosso país em geral e do nosso concelho em particular, padece de problemas estruturais, que ano a pós ano não têm sido devidamente considerados, sendo que grande parte dos políticos atuais apenas exerce o poder numa base de gestão cotidiana dos recursos que têm disponíveis.

Com efeito não se gera riqueza consistente com uma economia altamente dependente da máquina estatal, onde os recursos gerados são prontamente absorvidos pelo estado nas suas variadas ramificações, criando uma sociedade aprisionada ao conceito de que o estado, é tudo e para tudo, isto é obviamente a consequência de muitos anos de políticas basicamente eleitoralistas que castram a capacidade de iniciativa dos privados.

Não obstante a proposta do plano apresentar cenários encorajadores para o futuro, certo é que a nossa economia tem mostrado algum crescimento apenas baseado no crescimento do crédito concedido, ficando deste modo a concretização das previsões otimistas condicionada pela capacidade de conceção de crédito que como todos sabemos é limitada.

Posto isso, somos do entender que o valor do aumento de receita esperado em parte não é real, porque assenta também na possibilidade de aumento da capacidade de crescimento da nossa economia, que eventualmente venha a gerar, mais receitas pelas vias do IMT, da Derrama e até de loteamentos e obras.

A proposta prevê uma vez mais intenções de chegar ao equilíbrio, a gestão de espaços como o complexo de piscinas e a pousada de juventude, que continuam a não ter resultados satisfatórios, mas que na proposta não mostra quaisquer medidas que venham a ser levadas a efeito para inverter o rumo atual.

O mesmo documento mostra-se também mais focado na vertente mais Urbana do concelho, desvalorizando a ruralidade que caracteriza boa parte da Lagoa, como fica claramente demonstrado pelo facto da esmagadora percentagem de investimento se situar basicamente nas freguesias de Rosário e Santa Cruz, com a materialização das obras da frente marítima da cidade e a construção do mercado municipal.

A observação por nós efetuada ganha ainda mais corpo quando se questiona, em que beneficiam as freguesias de Ribeira Chã, Agua de Pau e até Cabouco, com os investimentos que estão programados para os próximos anos no concelho?

A resposta é simples, para os promotores deste orçamento existem e existirão freguesias de 1ª e de 2ª, ao invés de se promover a coesão entre freguesias, hipoteca-se a capacidade do município realizando alguns investimentos que condicionarão as condições de projeção das freguesias mais rurais.

Além disso, o Plano e Orçamento não têm um objetivo de futuro ou mesmo uma filosofia, como seria por exemplo: diminuição da dívida; ação social; redução da despesa e ou crescimento económico, apresentando-se apenas como mera gestão diária da despesa corrente e algumas medidas avulsas, das quais destacamos duas negativas como seja a redução nas rubricas de reabilitação urbana e apoio escolar.

Bem sabemos que este, como outros orçamentos anteriores do concelho, estão reféns de dívidas de longo prazo e de despesas correntes rígidas, no entanto a atual maioria do partido socialista é também ela mãe destes problemas, visto que tem estado quase sempre próxima ou presente nos anos em que realizaram os compromissos que hoje condicionam a atividade camarária.

Hoje é um imperativo projetar o concelho, trazer mais famílias e empresas para a Lagoa, só desta forma se criará a possibilidade de aumentar a receita do município com mais receita de IMI, mais faturação de água, mais imposto de circulação, mais derrama, mais licenciamentos para construção, etc.

A nível turístico não entendemos que a proposta socialista não identifique as festas religiosas das freguesias e lugares do concelho como potenciadoras de divulgação e projeção do concelho, uma vez que estas sim são o exemplo de movimentação da economia local pelo fluxo de pessoas que provocam em todo o concelho.

Outra situação que registamos a nível de turismo é a falta de um plano estratégico que coordene e inclua as valências e potencialidades existentes na Lagoa, bem como a sua proximidade aos pontos de entrada e saída da ilha.

Além disso, o plano agora apresentado não mostra a atenção e empenho na tentativa de melhorar a qualidade de vida nas freguesias a nascente do concelho, prova disso mesmo é a baixa dotação prevista para a recuperação do cineteatro Ferreira da Silva e a total ausência de medidas que valorizem e potenciem a zona da Caloura, com especial destaque para o seu porto, ao mesmo tempo que o tão falado loteamento previsto para a freguesia da Ribeira Chã, afinal não passa de um loteamento de apenas 4 fogos.

Deste modo, votamos contra o Orçamento e Plano para 2018, na consciência de que este documento não é de forma alguma, um virar de página às políticas que se têm praticado no concelho e que infelizmente não trouxeram bons resultados em termos económicos, sociais e até intergeracionais."

#### **PONTO N.º 6 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018:**

Foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2018, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, elaborada com base na atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais.

A Senhora Presidente da Câmara informou que a proposta do Mapa de Pessoal para 2018, nada altera em relação à última proposta aprovada para 2017. Atualmente são 133 trabalhadores, sendo 132 com Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado e 1 em mobilidade.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou esclarecimentos relativamente à rubrica no orçamento da despesa - 01.01.04.04 Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, no valor de 62.800,00 €.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que aquela rubrica destina-se ao procedimento concursal para o recrutamento de oito novos trabalhadores, nomeadamente, um Técnico Superior, um Assistente Técnico e seis Assistentes Operacionais, aprovado no anterior mandato. Face ao número de redução de trabalhadores desde 2014, foi possível aprovar este novo procedimento concursal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou esclarecimentos relativamente à rubrica no orçamento da despesa - 01.01.09 Pessoal em qualquer outra situação, no valor de 53.300,00 €.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que nesta rubrica serão contabilizadas as despesas com o pessoal do Gabinete de Apoio Pessoal.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, sendo três votos dos membros do Partido Socialista e um voto do Senhor Vereador Roberto Oliveira e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado:

- 1.º Concordar com a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa;
- 2.º De acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2018, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

**PONTO N.º 7 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DE 350.000,00 €:**

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 25 de outubro de 2017, de proceder à abertura de um procedimento com vista à contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, foi presente a proposta que abaixo se transcreve:

“De acordo com a deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro do corrente ano, procedeu-se à consulta junto das instituições bancárias para a contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, na modalidade de conta corrente, no valor de 350.000,00 €, com o prazo de amortização de um ano, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2018;

A instrução das propostas de empréstimo nos termos do artigo 25.º do Regime das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município” e doravante, a autorização prevista no regime financeiro das autarquias locais vem acompanhada de informação detalhada sobre as condições apresentadas pelos bancos consultados;

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente no n.º 2 do artigo 50.º, permite que a Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, aprove empréstimos de curto prazo “que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento”; Da análise feita resulta que a proposta mais favorável ao município é a apresentada pelo Santander Totta SA, como resulta do relatório e mapa em anexo;

Deste modo, proponho que a Câmara Municipal delibere:

Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei:

- 1.º Autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2018, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, no montante de 350.000,00€ conforme com a consulta feita à banca e patenteada no documento em anexo, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2018;



2.º Autorize a contratação deste financiamento junto do Santander Totta SA, que apresentou a proposta mais vantajosa para o município, conforme a análise efetuada, no montante de 350.000,00€ com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread 0,74% e isenta de quaisquer comissões.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei:

1.º Autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2018, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, no montante de 350.000,00 € conforme com a consulta feita à banca e patenteada no documento em anexo, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2018;

2.º Autorize a contratação deste financiamento junto do Santander Totta SA, que apresentou a proposta mais vantajosa para o município, conforme a análise efetuada, no montante de 350.000,00€ com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread 0,74% e isenta de quaisquer comissões.

#### **PONTO N.º 8 – INFORMAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente apresentou a informação sobre a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que abaixo se transcreve:

“Considerando o que dispõe o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando ainda que, e por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira

com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando, outrossim, que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;

Considerando que, atenta esta faculdade, e ainda a celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos de Município, nomeadamente através da aprovação dos documentos previsionais, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação);

Considerando ainda o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;

Assim, proponho o seguinte:

- 1.º Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- 2.º Que delibere solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- 3.º Que delibere ainda a Câmara Municipal que a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;
- 4.º Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter

Cfm 19

continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;

5.º Que delibere ainda a Câmara Municipal que, com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente informação.”

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que trata-se de um documento para aprovar e ser submetido à Assembleia Municipal, para que aquele órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados. Exemplificou os contratos de arrendamento referidos no Mapa Responsabilidades Contratuais Plurianuais.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

2.º Solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

3.º A emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

4.º Delegar na Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;

5.º Prestar informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente informação.

**PONTO N.º 9 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

A fim de ser proposto à Assembleia Municipal a concretização de delegação de parte de competências da Câmara Municipal na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a respetiva Junta de Freguesia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 2.

Ao abrigo da cláusula 4.ª (Recurso Financeiro) do referido acordo de execução, “a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário a quantia de 62.220,45 € (despesas correntes o valor de 50.752,80 € e despesas de capital o valor de 11.467,65 €) em tranches mensais em função da realização das competências, ao abrigo da cláusula 2.ª do presente acordo de execução.”

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que está a ser diligenciado junto do Governo Regional dos Açores que o Município de Lagoa seja ressarcido de uma verba referente a uma obra executada pela Câmara Municipal e da competência do Governo Regional. Confirmando-se esse recebimento, no decurso de 2018, serão efetuadas adendas aos acordos de execução, para reforço da verba a transferir para todas as Juntas de Freguesia do Concelho.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário;

2.º Propor à Assembleia Municipal a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

**PONTO N.º 10 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

A fim de ser proposto à Assembleia Municipal a concretização de delegação de parte de competências da Câmara Municipal na Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a respetiva Junta de Freguesia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 3.

Ao abrigo da cláusula 4.<sup>a</sup> (Recurso Financeiro) do referido acordo de execução, “a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Santa Cruz a quantia de 46.539,55 € (despesas correntes o valor de 29.087,10 € e despesas de capital o valor de 17.452,45 €) em tranches mensais em função da realização das competências, ao abrigo da cláusula 2.<sup>a</sup> do presente acordo de execução.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Cruz;

2.º Propor à Assembleia Municipal a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

#### **PONTO N.º 11 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

A fim de ser proposto à Assembleia Municipal a concretização de delegação de parte de competências da Câmara Municipal na Freguesia de Água de Pau, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a respetiva Junta de Freguesia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 4.

Ao abrigo da cláusula 4.<sup>a</sup> (Recurso Financeiro) do referido acordo de execução, “a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Água de Pau a quantia de 57.071,80 € (despesas correntes o valor de 39.320,10 € e despesas de capital o valor de 17.751,70 €) em tranches mensais em função da realização das competências, ao abrigo da cláusula 2.<sup>a</sup> do presente acordo de execução.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Água de Pau;

2.º Propor à Assembleia Municipal a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Água de Pau, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

**PONTO N.º 12 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUÇO:**

A fim de ser proposto à Assembleia Municipal a concretização de delegação de parte de competências da Câmara Municipal na Freguesia do Cabouço, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a respetiva Junta de Freguesia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 5.

Ao abrigo da cláusula 4.ª (Recurso Financeiro) do referido acordo de execução, “a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Cabouço a quantia de 34.074,60 € (despesas correntes o valor de 24.378,90 € e despesas de capital o valor de 9.695,70 €) em tranches mensais em função da realização das competências, ao abrigo da cláusula 2.ª do presente acordo de execução.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia do Cabouço;

2.º Propor à Assembleia Municipal a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia do Cabouço, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

**PONTO N.º 13 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

A fim de ser proposto à Assembleia Municipal a concretização de delegação de parte de competências da Câmara Municipal na Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a respetiva Junta de Freguesia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 6.

Ao abrigo da cláusula 4.ª (Recurso Financeiro) do referido acordo de execução, “a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Ribeira Chã a quantia de 36.740,30 € (despesas correntes o valor de 28.660,30 € e despesas de capital o valor de 8.080,00 €) em tranches mensais em função da realização das competências, ao abrigo da cláusula 2ª do presente acordo de execução.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia da Ribeira Chã;

2.º Propor à Assembleia Municipal a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

**PONTO N.º 14 – AUTORIZAÇÃO PARA AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS:**

A Senhora Presidente apresentou a proposta de autorização para aumento temporário de Fundos Disponíveis, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando:

A entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, na sua atual redação;

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que define os procedimentos necessário à aplicação da LCPA, na sua atual redação;

Que a Câmara Municipal tem mensalmente que calcular os Fundos Disponíveis, verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem quando aplicáveis e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, segundo a qual não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis, calculados nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º da LCPA;

O disposto no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, onde refere que a assunção de compromissos, deve ser efetuada pelo seu valor integral aquando da outorga do respetivo contrato, emissão da ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente;

Que de acordo com o artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que autorizados pela Câmara Municipal;

De acordo com o artigo 46.º da Lei n.º Lei 7-A/2016, de 30 de março, na determinação dos fundos disponíveis das entidades do subsector local, devem ser consideradas as verbas disponíveis relativas aos seis meses seguintes.

Proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis, no montante de 4.481.140,72€, por antecipação de receitas gerais (2.394.402,00€) e próprias (2.086.738,72€) de julho a dezembro de 2018, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art. 4.º da LCPA, conforme quadro seguinte.

Correções nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da LCPA

Correções de <b>receitas gerais</b>	
<b>Janeiro</b>	- €
<b>Fevereiro</b>	- €
<b>Março</b>	- €
<b>Abril</b>	- €
<b>Maio</b>	- €
<b>Junho</b>	- €
<b>Julho</b>	399 067,00 €
<b>Agosto</b>	399 067,00 €
<b>Setembro</b>	399 067,00 €
<b>Outubro</b>	399 067,00 €
<b>Novembro</b>	399 067,00 €
<b>Dezembro</b>	399 067,00 €
<b>Total</b>	<b>2 394 402,00 €</b>

Correções nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da LCPA

Correções de <b>receitas próprias</b>	
<b>Janeiro</b>	- €
<b>Fevereiro</b>	- €
<b>Março</b>	- €
<b>Abril</b>	- €
<b>Maio</b>	- €
<b>Junho</b>	- €
<b>Julho</b>	342 118,41 €
<b>Agosto</b>	590 596,17 €
<b>Setembro</b>	310 623,06 €
<b>Outubro</b>	283 260,49 €
<b>Novembro</b>	244 654,46 €
<b>Dezembro</b>	315 486,13 €
<b>Total</b>	<b>2 086 738,72 €</b>

“

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que a elaboração do orçamento das autarquias locais obedece às regras previsionais, nomeadamente, que as importâncias relativas aos impostos, taxas e preços a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração.



Com a entrada em vigor da Lei dos compromissos e pagamentos em atraso, as Câmaras Municipais ficaram sujeitas a regras aplicáveis à assunção de compromissos, pelo que a Lei prevê que, a título excecional e desde que autorizado pela Câmara Municipal, em janeiro já podem ser consideradas as verbas disponíveis relativas aos seis meses seguintes, de julho a dezembro de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis, no montante de 4.481.140,72€, por antecipação de receitas gerais (2.394.402,00€) e próprias (2.086.738,72€) de julho a dezembro de 2018, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art. 4.º da LCPA, conforme quadro acima apresentado.

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:**

#### **PONTO N.º 15 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 23 de novembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 336.433,02 € (trezentos e trinta e seis mil quatrocentos e trinta e três euros e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA RECURSOS HUMANOS:**

#### **PONTO N.º 16 – PROPOSTA - DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto de Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio de igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congêneres da administração central e regional, proponho que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação para o ano de 2018.

Estas despesas de representação, concretamente no valor de 194,79 €, é fixada por despacho do Primeiro-Ministro e de membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicada na Portaria n.º 1153-C/2008, de 31 de dezembro.”

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que a Lei confere a possibilidade das Chefes de Divisão poderem receber despesas de representação, sendo que essa atribuição é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que não tem nada contra as Chefes de Divisão, mas irá votar contra porque não entende a razão pela qual as Chefes de Divisão deverão receber despesas de representação aquando do exercício das suas funções. Acrescentou que também não recebe e está no exercício das suas funções para que foi eleito.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que a Lei determina essa possibilidade. As Chefes de Divisão asseguram a qualidade técnica do trabalho produzido na sua Unidade Orgânica e no exercício das suas funções são responsáveis civil, criminal, disciplinar e financeiramente, nos termos da Lei.

Em relação aos Eleitos Locais que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo, a Lei refere que têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária do respetivo Órgão.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que se a Lei prevê essa possibilidade vota a favor da proposta apresentada de atribuição de despesas de representação às Chefes de Divisão.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, sendo três votos dos membros do Partido Socialista e um voto do Senhor Vereador Roberto Oliveira e um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado:

- 1.º Concordar com a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara;
- 2.º Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

#### **UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**

**PONTO N.º 17 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE – JORGE MANUEL DE MEDEIROS REIS:**

Foi presente o processo apresentado por Jorge Manuel de Medeiros Reis, proprietário de um prédio rústico, sito no Calço das Socas, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa, com a área de 22.080,00 m<sup>2</sup> com as seguintes confrontações: Norte – Sara da Silva Morais e Canada das Socas; Sul – Luís Maria de Morais; Nascente – Canada de Santa Bárbara e Poente – Francisco do Rego Sousa, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 2952/20031104 e inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 33, Seção L, solicitando certidão de destaque do referido prédio, de um lote de terreno com a área de 3.000,00 m<sup>2</sup> que ficará a confrontar a Norte – Sara da Silva Morais e Canada das Socas; Sul – Jorge Manuel de Medeiros Reis; Nascente – Canada das Socas e Poente – Jorge Manuel de Medeiros Reis.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 213/2017-HM, de 13 de novembro do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar do seguinte: O pedido cumpre o disposto nos números 5 e 6 do artigo 6.º do RJUE na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro pelo que não vemos inconveniente na emissão da certidão requerida.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

**DEPOIS DA ORDEM DO DIA:**

**COMISSÃO DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:**

A Senhora Presidente referiu que faz parte da constituição da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, um Vereador da Oposição, pelo que solicitou aos Senhores Vereadores da Oposição a indicação de um Vereador para integrar a referida Comissão, mantendo-se os restantes membros da Comissão por inerência dos respetivos cargos.

Mais informou que o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz continua como Presidente da Comissão, na qualidade de Vereador com competência delegada em matéria de viação e trânsito.

Os Senhores Vereadores da Oposição referiram que será o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado a integrar a Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores.

A Câmara tomou conhecimento.

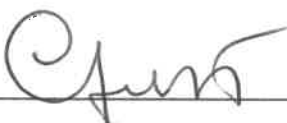
**ENCERRAMENTO:**

Todos os assuntos foram aprovados em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:30 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu Ária do Espinho, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

  
\_\_\_\_\_  
CRISTINA CALISTO